

Tales Faria

Líder do governo entregará o cargo

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), deve entregar o cargo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nos próximos dias para se dedicar à campanha eleitoral na Bahia.

Wagner é candidato à reeleição como senador. Ele confidenciou a colegas que dá sua missão como cumprida com a aprovação do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A escolha de Messias para a Corte pelo presidente Lula provocou o rompimento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) com o líder. O presidente do Senado atribuiu a Wagner o lobby em favor de Messias, já que o advogado-geral foi assessor parlamentar do líder.

Alcolumbre havia indicado para o Supremo o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nome que Lula prefere tentar convencer a se candidatar ao governo de Minas Gerais. Preterido para o Supremo, Pacheco ainda não aceitou concorrer a governador.

Quanto a Wagner, amargou um período difícil. Além do rompimento com o presidente do Senado, tornou-se alvo de duras críticas de aliados por ter participado do acordo de procedimentos que viabilizou a votação do projeto da dosimetria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. As críticas figuraram entre os assuntos mais comentados no Twitter naquela semana.

Mas o acordo permitiu a aprovação do imposto sobre bancos, bilionários e bets e do projeto de corte de 10% nas renúncias fiscais para empresas. O PT teve direito a votar contra a dosimetria, Lula vetou o projeto e ainda pousou para foto de campanha no Palácio do Planalto assinando o veto.

O rompimento com Jaques Wagner chegou a trincar a relação entre Davi Alcolumbre e o governo. Mas o presidente Lula o convidou para um encontro pouco antes do Natal no Palácio da Alvorada. Depois do encontro, Lula teria confidenciado a interlocutores que o caminho do Messias para o Supremo “está pacificado”.

O próprio Alcolumbre telefonou para Jaques Wagner no Natal, quando os dois deram por encerrado o mau estar. O curioso da pacificação numa data cristã é que Wagner e Alcolumbre são os únicos judeus do Senado, brincou um senador amigo de ambos.

A saída de Wagner é o segundo movimento de uma reforma que o presidente Lula está promovendo no primeiro escalão do governo. O primeiro movimento foi a saída do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, cujo substituto ainda não está escolhido. No caso de Wagner, quem deve ficar no seu lugar é o senador Rogério Carvalho (PT-SE).

Há uma especulação de que Lula terá que substituir até 30 auxiliares que irão concorrer às eleições de outubro e precisam deixar seus cargos.

O caso mais complicado é o do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que já anunciou a disposição de deixar a pasta para se dedicar à coordenação da campanha pela reeleição do presidente da República. Haddad disputou a Presidência em 2018 e especulava-se que poderia ser candidato a vice na chapa de Lula.

O presidente da República, no entanto, estaria mais disposto a convencer o ministro a disputar o governo de São Paulo, ou o Senado. O atual vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), está cotado para continuar na chapa presidencial em outubro.

Barros Miranda*

A importância da arqueologia para o mundo

A arqueologia ocupa um lugar fundamental na compreensão da trajetória humana, pois é por meio dela que se torna possível reconstruir histórias que não foram registradas em documentos escritos ou que chegaram até nós de forma fragmentada e incompleta. Mais do que uma ciência voltada apenas para escavações e objetos antigos, a arqueologia é um instrumento essencial para interpretar o passado, dialogando diretamente com o cenário histórico, artístico e cultural das sociedades humanas. Sua importância reside justamente na capacidade de dar voz a povos, práticas e saberes que, de outra forma, permaneceriam invisíveis, ampliando a compreensão sobre a diversidade das experiências humanas ao longo do tempo.

No campo histórico, a arqueologia amplia e, muitas vezes, revisa narrativas consagradas. Registros escritos costumam refletir o ponto de vista de grupos dominantes, como elites políticas, religiosas ou econômicas. A análise de vestígios materiais permite acessar a vida de pessoas comuns, revelando como elas trabalhavam, se alimentavam, organizavam suas comunidades e se relacionavam com o ambiente. Dessa forma, a arqueologia contribui para uma história mais plural e democrática, questionando versões únicas do passado e mostrando que a experiência humana é diversa e complexa. Em muitos casos, descobertas arqueológicas já provocaram revisões profundas em livros didáticos e interpretações tradicionais, demonstrando que o conhecimento histórico está em constante construção e transformação, nunca sendo definitivo ou imutável.

No âmbito artístico, a arqueologia desempenha um papel igualmente relevante. Pinturas rupestres, esculturas, cerâmicas, adornos e construções antigas não são apenas objetos estéticos, mas expressões simbólicas carregadas de significados sociais, religiosos e políticos. Ao estudar essas produções, a arqueologia ajuda a compreender como diferentes povos expressavam suas crenças, valores e visões de mundo. Além disso, o contato com a arte do passado inspira artistas contemporâneos e amplia o repertório cultural

da sociedade atual, demonstrando que a criatividade humana é uma característica constante ao longo do tempo e não um privilégio exclusivo da modernidade ou das grandes civilizações conhecidas.

Culturalmente, a arqueologia fortalece identidades e promove o reconhecimento da diversidade. Em muitos contextos, especialmente em países marcados pelo colonialismo, como o Brasil, a arqueologia é essencial para valorizar as culturas indígenas e africanas, frequentemente marginalizadas nos discursos oficiais. Ao evidenciar a profundidade histórica desses grupos, a arqueologia contribui para o respeito às diferenças e para a construção de uma memória coletiva mais justa. A preservação de sítios arqueológicos também estimula o sentimento de pertencimento das comunidades locais, que passam a reconhecer o valor de sua própria história, tradições e heranças culturais, reforçando a importância da proteção do patrimônio histórico.

Além disso, a arqueologia tem um papel educativo e político. Ao mostrar que as sociedades do passado enfrentaram desafios semelhantes aos atuais, ela oferece reflexões importantes para o presente e o futuro. O estudo de colapsos de antigas civilizações, por exemplo, pode servir de alerta sobre o uso irresponsável dos recursos naturais e sobre as consequências de decisões políticas mal planejadas. Dessa forma, a arqueologia contribui para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes, capazes de refletir sobre o impacto das ações humanas ao longo do tempo.

Portanto, a importância da arqueologia no cenário histórico, artístico e cultural é inegável. Ela conecta passado e presente, amplia o conhecimento sobre a humanidade e contribui para a preservação da memória coletiva. Mais do que desenterrar objetos antigos, a arqueologia constrói significados, questiona narrativas estabelecidas e reafirma que compreender o passado é essencial para entender quem somos enquanto sociedade e para imaginar caminhos mais conscientes, responsáveis e inclusivos para o futuro.

*Jornalista e Historiador

Márcio Coimbra*

O Enigma Delcy

Delcy Eloína Rodríguez Gómez não é uma figura accidental, mas a herdeira da “aristocracia civil” bolivariana. Filha do mártir Jorge Antonio Rodríguez, ela combina capital simbólico revolucionário com uma formação europeia que a distingue da elite militar. Agora presidente interina sob a chancela do TSJ após a captura de Maduro, Delcy emerge como o pivô de uma transição de alto risco, operando na interseção entre a retórica anti-imperialista e o pragmatismo da diplomacia financeira internacional.

No tabuleiro de Caracas, ela governa em simbiose absoluta com seu irmão, Jorge Rodríguez, formando um bloco tecnocrata que se contrapõe à ala radical e ideológica de Diosdado Cabello. Sem comando direto de tropas, sua sobrevivência política depende do “pêndulo” de Vladimir Padrino López, o Ministro da Defesa atua como fiador dos militares chavistas. Enquanto Cabello personifica a brutalidade do Cartel de los Soles, os Rodríguez preferem a cooptação cirúrgica e a inteligência burocrática, sob a pressão asfixiante das sanções que pesam sobre Delcy desde 2018.

Sua liderança, contudo, é assombrada pelas delações de Hugo “El Pollo” Carvajal e pela iminente colaboração de Maduro em solo americano. Tais testemunhos são venenos de ação lenta que podem expor redes de financiamento ilícito, comprometendo sua viabilidade como interlocutora. Ela caminha sobre uma corda bamba geopolítica: depende do aparato de inteligência cubano (G2) para monitorar conspirações militares internas, mas qualquer transição que mantenha o cordão umbilical com a ditadura cubana será vista como uma “mudança cosmética” por Washington. Ela precisa projetar-se perante Trump como uma “Murillo venezuelana” — uma interlocutora técnica e moderada capaz de pacificar o país e garantir a estabilidade energética via PDVSA.

Para os interlocutores internacionais, incluindo

Washington, Delcy apresenta-se como uma gestora capaz de operacionalizar a retomada do setor petrolífero e a renegociação de ativos estratégicos. Mesmo sob o peso de investigações externas e da histórica influência de Cuba, ela aposta em uma política de “distensão”, por enquanto, sem transição — uma reforma que torne o regime funcional e aceitável para o mercado global. O sucesso de sua gestão reside na capacidade de transformar o Estado venezuelano em um parceiro previsível, garantindo a permanência da elite civil antes de uma possível transição política definitiva.

Para os Estados Unidos, Delcy não é uma aliada confiável, mas uma ferramenta de conveniência transaccional. Sua sobrevivência dependerá de movimentos táticos milimétricos: ela poderá libertar presos políticos para sinalizar boa vontade, mas dificilmente dismantlará o aparato repressivo, sob risco de sofrer um golpe militar por traição à casta armada. Sua missão é tentar converter o regime em uma estrutura de distensão rumo a uma possível transição — uma autocracia mais palatável e funcional. A volta da democracia dependerá do sucesso deste processo, entretanto, serão passos lentos de graduais, evitando uma guerra civil que poderia eclodir com o retorno abrupto da oposição ao poder em conflito com um aparato repressor e armado, alimentado por práticas, recursos e cooptação de grupos terroristas, narcotraficantes e de aparatos de inteligência estrangeiros presentes na Venezuela.

***CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia. Conselheiro e Diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Mestre em Ação Política pela Universidad Rey Juan Carlos (2007). Ex-Diretor da Apex-Brasil e do Senado Federal.**